



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO
SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA – 1ª ETAPA – 09 de março de 2014

Bloco I (Questões de 01 a 30) – Direito Individual e Coletivo do Trabalho, Direito Administrativo e Direito Penal;

Bloco II (Questões de 31 a 80) – Direito Processual do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Civil e Direito da Criança e do Adolescente;

Bloco III (Questões de 81 a 100) – Direito Processual Civil, Direito Internacional e Comunitário, Direito Previdenciário e Direito Empresarial.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 100 (cem) questões.
2. Confira se o seu caderno está completo, solicitando outro aos fiscais, caso necessário.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
4. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
5. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
6. Durante a realização da prova não será permitido: qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito; o uso de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações e o porte de arma.
7. Reputar-se-ão erradas as questões que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.
8. Não haverá substituição da Folha de Respostas.
9. Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular, “pager” ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive “palms” ou similares, e relógio digital. O candidato deverá desligá-los e entregá-los ao fiscal de sala.
10. Não será permitido ao candidato fumar durante a realização da prova de acordo com a Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009.
11. Os 2 últimos candidatos, que permanecerem na sala, deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então deixarem juntos o local.
12. A prova terá duração de 05 (cinco) horas.
13. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.

COMISSÃO DO CONCURSO

Titulares

Desembargadora Maria Doralice Novaes - Presidente da Comissão

Desembargador Luiz Antonio Moreira Vidigal

Advogado Eli Alves da Silva - Representante da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA

Titulares

Desembargador Carlos Roberto Husek – Presidente da Comissão

Desembargadora Silvana Abramo Margherito Ariano

Advogado Ari Possidonio Beltran - Representante da OAB

Suplentes

Desembargadora Rosa Maria Zuccaro

Juíza Thereza Cristina Nahas

Advogada Fabíola Marques - Representante da OAB



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

BLOCO I

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 01 – Em relação ao dano moral e material, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. A responsabilidade por dano prevista no Código Civil aplica-se em matéria trabalhista, com apuração da responsabilidade contratual e extracontratual.
- II. Responsabilidade subjetiva é a apurada conforme fatores específicos de atribuição, em função dos quais, quem provocou o dano deverá ser responsável por ele, ainda que não haja atuado dolosa ou culposamente.
- III. O dano material compreende o dano emergente e o lucro cessante, constituído de vantagens que a vítima deixou de auferir durante certo período em virtude do dano.
- IV. Não são cumuláveis as indenizações por dano material e por dano moral oriundos do mesmo fato.
- V. Conforme entendimento sumular a Justiça do Trabalho é competente para dirimir controvérsias referentes à indenização por dano moral, quando decorrente da relação do trabalho.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, III e V.
- B) II, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, IV e V.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 02 – Em relação aos poderes do empregador, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. O poder diretivo é só do empregador e não de seus prepostos, que apenas e tão somente cumprem as funções determinadas por aquele.
- II. Faz parte do poder diretivo do empregador a sua função de controle das atividades profissionais de seus empregados, possibilitando a revista aos pertences em geral, e em certas situações, e com a devida cautela, à revista íntima.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- III. Se o empregado se utiliza, no horário de serviço, do “e-mail” corporativo para enviar suas mensagens particulares, o empregador, comunicando ao empregado a fiscalização, poderá controlar os “sites” visitados, como também ter acesso às mensagens eletrônicas enviadas e recebidas.
- IV. O sistema jurídico brasileiro permite, de forma indistinta, tendo em vista o avanço da tecnologia, o poder de direção do empregador por meio de aparelhos eletrônicos.
- V. Não é nula a punição do empregado, não precedida de inquérito ou sindicância internos, quando inexistente na empresa norma regulamentar com estas exigências.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, II e IV.
B) I, III e V.
C) II, III e IV.
D) I, II e V.
E) III, IV e V.

QUESTÃO 03 – Quanto ao contrato de trabalho por prazo determinado e indeterminado, aponte a alternativa **correta**:

- A) O contrato só será válido em se tratando de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, inexistente quaisquer outras hipóteses de predeterminação do prazo.
- B) Os contratos por prazo determinado, instituídos por convenções e acordos coletivos de trabalho, que, tácita ou expressamente, forem prorrogados mais de uma vez, passarão a vigorar sem determinação de prazo.
- C) O contrato de trabalho para obra certa, ou de prazo determinado, transforma-se em contrato por prazo indeterminado quando prorrogado mais de uma vez dentro do prazo de dois anos.
- D) É válido o contrato de experiência, por seu caráter legal e por sua natureza transitória, não sendo suspenso nem interrompido no caso de empregada gestante ou acidente do trabalho ocorrido durante sua vigência.
- E) Pode ser instituído por acordo ou convenção coletiva, em qualquer atividade desenvolvida pela empresa ou estabelecimento, pelo prazo máximo de dois anos, para



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

admissões que representem acréscimo no número de empregados.

QUESTÃO 04 – No que concerne à remuneração é **incorreto** afirmar que:

- A) A gratificações integram o salário quando ajustadas tácita ou expressamente.
- B) Não se permite que se pague diferentes parcelas salariais sob uma mesma e única rubrica.
- C) A quebra de caixa objetiva indenizar o trabalhador que corre o risco em lidar com numerários e, não obstante isso, tem natureza salarial.
- D) Incidirá contribuição previdenciária nas férias indenizadas e respectivo adicional constitucional.
- E) Não se atualiza monetariamente o valor das comissões para obtenção da média salarial para efeito de férias e 13º salário; o cálculo deve refletir unicamente os 12 (doze) últimos salários percebidos pelo trabalhador.

QUESTÃO 05 – Quanto à relação individual de emprego, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. A natureza sinalagmática do contrato de trabalho significa que a cada dever do empregado corresponde um dever do empregador, tanto jurídico quanto econômico.
- II. O caráter *intuitu personae* (personalíssimo) do contrato de trabalho diz respeito ao fato de que é prestado pela pessoa física de empregado que foi contratado para determinada função ou atividade.
- III. A alteridade presente em todo contrato de trabalho significa que o empregado presta serviços que reverterão a favor de outro, o empregador.
- IV. São dimensões presentes nas relações subordinadas a sujeição do trabalhador ao poder diretivo do empregador, a integração do serviço prestado pelo trabalhador nos objetivos empresariais e a integração do trabalhador na organização operacional da empresa tomadora.
- V. A onerosidade do contrato é definida tanto pelo aspecto objetivo, relativo ao pagamento efetuado pelo empregador em virtude do serviço realizado, quanto pelo aspecto subjetivo, que é a intenção do empregado em obter contraprestação econômica em face do serviço prestado.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

Está **correta** a alternativa:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e V.
- C) II, IV e V.
- D) III, IV e V.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 06 – Em relação ao trabalho doméstico, aponte a alternativa **correta**:

- A) O trabalho em chácara de recreio não é doméstico se houver criação ou plantação artesanal em pequena escala para ser transacionada.
- B) São direitos do trabalhador doméstico auto-aplicáveis, além de outros que visem a melhoria de sua condição social, a garantia de salário nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável, o seguro desemprego e o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- C) A faxineira diarista que trabalha uma vez por semana não é empregada doméstica, por ausência do requisito da não eventualidade na prestação de serviços.
- D) A empregada doméstica tem direito à licença maternidade, paga pela previdência social, e se convenionada, garantia de emprego contra despedida arbitrária até cinco meses após o parto.
- E) O direito a férias de 30 dias do empregado doméstico não abrange o direito às férias proporcionais.

QUESTÃO 07 – Em relação às relações triangulares de trabalho, aponte a alternativa **correta**:

- A) É modalidade de terceirização permanente prevista em lei os serviços de vigilância patrimonial de instituições financeiras e de quaisquer outros estabelecimentos públicos ou privados, bem como de pessoas físicas, de transporte de valores ou de qualquer tipo de carga.
- B) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta não gera vínculo empregatício com fundação.
- C) A Lei 6.019/74 autoriza a terceirização temporária em caso de necessidade resultante de substituição de pessoal regular quando ocorrer acréscimo extraordinário de serviços.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

D) A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços não abrange as multas do art. 477 e 467 da CLT.

E) Os entes integrantes da administração indireta respondem subsidiariamente, caso evidenciada a culpa *in eligendo* ou *in vigilando* devidamente comprovada, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

QUESTÃO 08 – Quanto à figura do empregador observando-se a legislação vigente e o direito sumulado do TST, aponte a alternativa **correta**:

A) É empregador o partido político, pessoa jurídica de direito privado, que se utiliza de trabalhador para distribuição de propaganda eleitoral em época de eleições.

B) A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico durante a mesma jornada de trabalho configura coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.

C) O responsável solidário, integrante do grupo econômico, que não participou da relação processual como reclamado e que, portanto, não consta no título executivo judicial como devedor, não pode ser sujeito passivo na execução.

D) Constituem grupo de empresas, aquelas que, tendo ao menos um sócio comum, atuam sem coordenação, vigilância e direção de uma sobre as outras, em um mesmo ramo de atividade ou em atividades independentes.

E) Podem constituir grupo econômico, para fins trabalhistas entidades sem finalidade econômica, instituições beneficentes ou associações recreativas.

QUESTÃO 09 – Em relação ao empregado afastado em virtude de exigências de encargo público, aponte a alternativa **correta**:

A) Constitui motivo para a alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.

B) Não tem o período de afastamento computado na contagem do contrato por prazo determinado, se assim acordarem as partes interessadas.

C) Poderá voltar a exercer o cargo do qual se afastou, desde que notifique o empregador dessa intenção no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do início do afastamento.

D) Tem o direito de voltar a exercer o cargo do qual se afastou, independentemente da



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

comunicação ao empregador.

E) Continuará percebendo sua remuneração durante os primeiros 30 (trinta) dias de seu afastamento.

QUESTÃO 10 – Em relação à remuneração, assinale a alternativa **correta**:

A) Pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, salvo no que concerne a comissões, adicionais e gratificações.

B) A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 20% (vinte por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) do salário-contratual.

C) Não serão consideradas como salário as utilidades concedidas pelo empregador referentes à educação em estabelecimento de ensino próprio, com exceção da educação oferecida em estabelecimento de terceiros.

D) Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de famílias que habitarem a mesma unidade residencial.

E) Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada a distribuição aos empregados.

QUESTÃO 11. Quanto à quitação das parcelas discriminadas no instrumento de rescisão ou recibo de quitação, é **correto** afirmar que o pagamento deverá ser realizado:

A) Até o quinto dia útil imediato ao término do contrato.

B) Até o décimo dia útil imediato ao término do contrato.

C) No décimo dia útil, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

D) No primeiro dia útil, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

E) Até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 12 - Em relação à rescisão antecipada do contrato de trabalho por prazo determinado, aponte a alternativa **correta**:

- A) Empregado não poderá rescindir o contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem.
- B) Empregador que, mesmo na hipótese de justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.
- C) Havendo cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão, o empregado não poderá rescindir o contrato, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem, até o limite de seu salário.
- D) A indenização devida pelo empregado ao empregador não poderá exceder àquela a que este teria direito em idênticas condições, salvo se o empregado praticou alguma das faltas graves previstas no art. 482 da CLT.
- E) Empregado que rescindir o contrato de trabalho por falta grave praticada pelo empregador terá o direito de receber as verbas rescisórias devidas em caso de pedido de demissão.

QUESTÃO 13 – Ao empregado, dirigente sindical, é assegurada a estabilidade provisória no emprego. Aponte a alternativa **correta**:

- A) É assegurada desde que seja eleito por sindicato de categoria diferenciada, independentemente da atividade exercida na empresa.
- B) É garantida ainda que o registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical ocorra durante o período de aviso prévio, mesmo quando indenizado, porque este período integra o contrato de trabalho para todos os efeitos legais.
- C) É garantida ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho.
- D) Tem vigência a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional, até 1 (um) ano após o final do seu mandato, caso seja eleito inclusive como suplente, independentemente da prática de falta grave.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

E) É assegurada em caso de extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, porque a estabilidade é direito irrenunciável.

QUESTÃO 14 - Quanto à discriminação de empregado, aponte a alternativa **correta**:

A) Constitui crime a prática discriminatória de iniciativa do empregador referente à adoção de medidas que configurem a promoção do controle de natalidade, mesmo quando realizado através de instituição pública ou privada sujeita às normas do Sistema Único de Saúde.

B) Excepcionalmente a pessoa jurídica do empregador será sujeito do crime de discriminação no acesso à relação de emprego ou sua manutenção porque o crime é previsto por lei tipicamente trabalhista.

C) Sem prejuízo de outras penalidades prescritas ao crime de discriminação, o infrator está sujeito a multa administrativa de 100 (cem) vezes o valor do maior salário pago pelo empregador, elevado ao dobro em caso de reincidência.

D) Rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, além do direito à reparação pelo dano moral, faculta ao empregado optar entre a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas acrescidas de juros e correção monetária, ou a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento também acrescida de juros e correção monetária.

E) É proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, inclusive as hipóteses de proteção ao menor, previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

QUESTÃO 15 - A legislação trabalhista determina que o empregador não poderá efetuar qualquer desconto nos salários do empregado. Aponte a alternativa **correta** que contenha exceção a esta regra:

A) Adiantamentos salariais, contribuição previdenciária, contribuição sindical e imposto de renda.

B) As mercadorias adquiridas pelos empregados, em estabelecimentos do próprio empregador, pagos mediante a apresentação de vales e cupons, fornecidos pela empresa contratante.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- C) As horas extras contratadas e não trabalhadas pelo empregado.
- D) As comissões pagas ao empregado pela venda de mercadorias que não foram objeto de pagamento do cliente comprador.
- E) Os valores gastos pelo empregador com a educação do empregado, como matrícula, mensalidade, livros e material didático, na hipótese do não comparecimento do trabalhador à entidade educacional, independentemente de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

QUESTÃO 16 - Quanto aos direitos especificamente assegurados à mulher trabalhadora, tendo em vista a proteção por diferença de gênero, aponte a alternativa **correta**:

- A) Terá direito ao intervalo de 12 (doze) horas consecutivas, no mínimo, destinado ao repouso, entre 2 (duas) jornadas de trabalho.
- B) Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 10 (dez) minutos, no mínimo, após o início do período extraordinário de trabalho.
- C) Havendo trabalho aos domingos, será organizada uma escala de revezamento quinzenal, que favoreça o repouso dominical.
- D) Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório descanso de 30 (trinta) minutos, no mínimo, antes do início do período extraordinário de trabalho.
- E) Descanso semanal remunerado de 35 (trinta cinco) horas consecutivas que deverá coincidir, no todo ou em parte com o domingo.

QUESTÃO 17 – A sentença normativa é um tipo de fonte formal heterônoma do Direito do Trabalho; a respeito desta fonte, aponte a alternativa **correta**:

- A) O Tribunal fixará data em que a decisão deve entrar em vigor, bem como o prazo de sua vigência, o qual não poderá ser superior a 4 (quatro) anos.
- B) O Tribunal não fixará prazo de vigência, que ficará a cargo dos proponentes.
- C) O Tribunal fixará data em que a decisão deverá entrar em vigor, bem como o prazo de sua vigência, o qual não poderá ser superior a 2 (dois) anos.
- D) O Tribunal fixará apenas o prazo de sua vigência, que será obrigatoriamente de 3 (três) anos.
- E) O Tribunal fixará a data em que a decisão deve entrar em vigor, bem como o prazo de sua vigência, o qual não poderá ser superior a 3 (três) anos;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 18 – Em relação à Constituição de 1988, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. Ficam abolidas as corporações de ofícios, juízes, escrivães e mestres.
- II. Proibição de trabalho a menores de 14 anos e de trabalho noturno a menores de 16 anos.
- III. O aposentado filiado a um sindicato tem direito a votar e ser votado nas eleições sindicais.
- IV. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
- V. Para dirimir questões entre empregados e empregadores, regidas pela legislação social, fica instituída a Justiça do Trabalho.

Está **correta** a alternativa:

- A) III e IV.
- B) II e III.
- C) I e IV.
- D) II e V.
- E) I e V.

QUESTÃO 19 – O processo analógico é o procedimento comparativo entre figuras ou categorias componentes de espécies distintas, objetivando o efeito normativo sobre caso concreto. Aponte a alternativa que faça a comparação **correta**:

- A) Entre o doméstico e o secretário particular exercendo trabalho em residência.
- B) Entre o salário do médico empregado de clínica privada e a remuneração do médico em trabalho autônomo.
- C) Entre a figura do empregado gerente em qualquer empresa e o do bancário no exercício de direção ou gerência.
- D) Entre o autônomo e o empregado avulso.
- E) Entre a hora de sobreaviso do ferroviário e a hora de sobreaviso do eletricitário.

QUESTÃO 20 - Quanto à relação de emprego, aponte a alternativa **correta**:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- A) Pessoa física que exerce o trabalho pessoalmente com subordinação, mediante salário e com habitualidade.
- B) Pessoa física que exerce o trabalho pessoalmente de forma eventual, com subordinação, mediante paga remuneratória.
- C) Pessoa física ou jurídica que exerce atividade com habitualidade e mediante paga remuneratória.
- D) Pessoa física que exerce labor com total autonomia, mediante paga remuneratória mensal.
- E) Pessoa física que exerce o trabalho com pessoalidade, subordinação, habitualidade e de forma voluntária.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

QUESTÃO 21 – Em relação ao Direito Coletivo do Trabalho, aponte a alternativa **correta**:

- A) Não podem sindicalizar-se os servidores do Estado e das instituições paraestatais.
- B) Para fins de controle organizacional e manutenção da ordem jurídica a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro em órgão competente.
- C) O registro sindical, embora não previsto na norma constitucional e nem na norma infraconstitucional, deverá ser feito, segundo interpretação doutrinária majoritária, no Ministério do Trabalho, que possui condições para tanto e visa a atender o princípio da unicidade sindical.
- D) Os sindicatos poderão ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais.
- E) Os associados com mais de (5) cinco meses de inscrição no quadro social e mais de (1) um ano de exercício da atividade ou profissão estão aptos a exercer o direito de voto.

QUESTÃO 22 - Quanto ao exercício do direito de greve, aponte a alternativa **correta**:

- A) Em caso de greve prolongada que interrompa totalmente as atividades do empregador, poderá este, para o cumprimento de obrigações inadiáveis com terceiros, contratar diretamente os serviços necessários.
- B) Nos serviços ou atividades essenciais os sindicatos de categoria econômica e os



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

trabalhadores grevistas deverão estabelecer percentual de trabalhadores que permanecerão em atividade para atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

C) É legitimado para ajuizar dissídio coletivo de greve o sindicato profissional que a fomentou.

D) Não constitui abuso do direito de greve a manutenção da paralisação aprovada por assembleia após a celebração de acordo, convenção ou decisão da Justiça do Trabalho.

E) A participação em greve é hipótese de suspensão do contrato devendo as relações entre empregado e empregador ser regidas no período por acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão judicial.

QUESTÃO 23 - Em relação ao Direito Coletivo e a representação sindical, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. Podem propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, entre outros, a federação sindical e o sindicato de âmbito estadual.
- II. Podem ser agentes de ato anti-sindical empregadores ou suas organizações, o Estado, empregados, associados de sindicatos ou não, inclusive dirigentes sindicais.
- III. Tem garantia de emprego o empregado eleito em empresa com mais de 200 (duzentos) empregados para exercer a representação dos trabalhadores com finalidade exclusiva de promover o entendimento direto com o empregador.
- IV. A assembleia geral fixará a contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei, de caráter obrigatório para os associados da entidade sindical e poderá fixá-la com caráter facultativo para os não associados.
- V. Aos trabalhadores e empregadores, através de seus sindicatos, é assegurada a participação nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, III e IV.
- B) II, III e IV.
- C) I, III e V.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

D) II, IV e V.

E) I, II e V.

QUESTÃO 24 - Em relação à defesa dos interesses coletivos pela entidade sindical, aponte a alternativa **correta**:

A) Pode se dar diretamente, como autotutela, que abrange o dissídio coletivo, a convenção coletiva, o acordo coletivo e a greve.

B) A negociação coletiva é a primeira ação sindical para a solução do conflito coletivo constituindo-se em requisito obrigatório para a realização de convenções e acordos coletivos, dissídios coletivos, mediação, arbitragem e greve.

C) Nos termos do art.173, II, da Constituição Federal, que sujeita a empresa pública ao regime de contratação das empresas privadas, cabe dissídio coletivo para a fixação de cláusulas econômicas.

D) A exigência de “quorum” de 2/3 (dois terços) em primeira convocação e de 1/3 (um terço) em segunda convocação na assembléia que deflagra a atuação de entidade sindical, estabelecido no artigo 612 da CLT, não foi recepcionada pela Constituição Federal, que consagra o princípio da liberdade sindical.

E) A mediação para a solução de conflito coletivo é de iniciativa das partes, que devem indicar de comum acordo o mediador, não se admitindo em nenhuma hipótese a indicação de mediador por terceiros.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 25 – Em relação aos princípios informativos da Administração Pública, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. São princípios constitucionais fundamentais que informam o princípio licitatório: o democrático, o republicano, o da legalidade, o da legitimidade, o da isonomia e o da livre iniciativa.
- II. Pelo princípio da impessoalidade qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular, objetivando anular ato lesivo à moralidade administrativa.
- III. A divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição Federal (art. 5º. XXXXIII) e, em leis, consoante o



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

prescrito no inciso V do parágrafo único do art.2º. da Lei Federal n. 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é obrigação inerente e específica decorrente do princípio da moralidade.

- IV. O princípio que impõe à Administração Pública a prática, e tão só esta, de atos voltados para o interesse público, chama-se “princípio da publicidade”.
- V. Tem-se como princípio da autotutela a obrigação da Administração Pública de policiar, em relação ao mérito e à legalidade, os atos administrativos que pratica.

Está **correta** a alternativa:

- A) I e II.
B) IV e V.
C) III e IV.
D) I e V.
E) II e III.

QUESTÃO 26 – Em relação aos atos administrativos, aponte a alternativa **correta**:

- A) São seus requisitos: agente público competente, finalidade, motivo, conteúdo, renunciabilidade, forma e objeto.
- B) Inválido é o ato administrativo abstrato que, embora tenha entrado pela porta da legalidade, afronta a ordem jurídica que com ele não se compatibiliza.
- C) A doutrina reconhece, como atributos do ato administrativo, a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade e a autoexecutoriedade.
- D) Embora se observe a legitimidade e exigibilidade do comando exarado do ato administrativo, quando praticado por agente capaz, necessita a Administração Pública recorrer ao Judiciário para garantir-lhe a execução, quando contrariado.
- E) São considerados abstratos, também chamados de normativos, atos administrativos que impõem uma declaração de utilidade pública para fins expropriatórios.

QUESTÃO 27 – Empregado “x” é contratado pelo Município “y” para prestar serviços em Escola Municipal exercendo a função de diretor pedagógico. Não se submeteu a concurso público e exerce sua atividade há dois anos no mesmo local. É **correto** dizer que:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- A) É agente político, pois ocupa cargo estrutural da administração, ligado a Secretaria de Educação.
- B) É empregado público, ocupante de função pública e, portanto, está regularmente investido no cargo.
- C) É servidor titular de cargo público na Administração Direta e se sujeita a todos os princípios e regras do artigo 37 da Constituição Federal.
- D) É um particular que colabora com a Administração Pública.
- E) Não está inserido em nenhuma das hipóteses anteriores.

QUESTÃO 28 – Em relação aos direitos dos servidores públicos, aponte a alternativa **correta**:

- A) Direito a associação sindical, direito de greve e negociação coletiva.
- B) Irredutibilidade de vencimentos, sendo vedada a cumulação de cargos, funções ou empregos, seja na administração direta, indireta ou fundacional.
- C) Estabilidade, após dois anos de efetivo exercício no cargo.
- D) Valor do trabalho noturno igual ao diurno.
- E) Férias de sessenta dias ao ano com acréscimo de 1/3.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 29 – Em relação às figuras abaixo descritas, aponte a alternativa **correta** que corresponda com exatidão, de forma respectiva e seqüencial, os crimes correspondentes: *1. subtrair o sócio, para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum; 2. constranger alguém, mediante violência com o intuito de obter indevida vantagem econômica a deixar de fazer alguma coisa; 3. exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento a que pode dar causa a procedimento criminal:*

- A) Furto de coisa comum; constrangimento ilegal; extorsão.
- B) Furto; extorsão indireta; sequestro.
- C) Constrangimento ilegal; extorsão indireta; furto de coisa comum.
- D) Furto de coisa comum; extorsão; extorsão indireta.
- E) Furto; extorsão; extorsão mediante sequestro.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 30 – Observe as proposições abaixo e ao final responda a alternativa que contenha as proposituras **corretas**, em que figuram, respectivamente, crimes contra a administração da justiça e contra a organização do trabalho:

- I. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, em razão da função exercida, vantagem indevida; retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer sentimento pessoal.
- II. Fazer afirmação falsa, como testemunha, perito, contador, em processo judicial; dar causa à instrumento de investigação policial contra alguém, imputando-lhe crime de que sabe inocente.
- III. Ordenar operação de crédito interno, sem prévia autorização legislativa; constranger alguém mediante violência ou grave ameaça a não trabalhar, durante certo período.
- IV. Acusar-se, perante autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem; constranger alguém mediante grave ameaça a não adquirir de outrem matéria-prima ou produto industrial agrícola.
- V. Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite; participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública.

Está **correta** a alternativa:

- A) I e V.
- B) II e III.
- C) IV e V.
- D) III e IV.
- E) I e II.

BLOCO II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 31 - Observe as proposições abaixo e ao afinal responda a alternativa que contenha proposições **corretas**, no que tange à execução, levando-se em conta a legislação específica e as Súmulas do TST:

- I. Tendo em vista a regra da CLT, a matéria de impugnação apresentada pela defesa



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

abrange apenas as alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.

- II. Para serem admitidos os embargos à execução nas obrigações de fazer e de não-fazer, há necessidade de depositar um valor para a garantia do juízo.
- III. Na execução provisória a penhora não deve incidir sobre dinheiro, caso o executado tenha nomeado outros bens.
- IV. Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco.
- V. Fere o direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, II e IV.
- B) II, III e V.
- C) III, IV e V.
- D) I, III e IV.
- E) I, II e V.

QUESTÃO 32 – Em relação ao mandado e à penhora, aponte a alternativa **correta**:

- A) Requerida a execução, o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir notificação ao executado, para que cumpra a obrigação de fazer, de dar ou de não fazer, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- B) Se o executado, procurado por 2 (duas) vezes no espaço de 48 (quarenta e oito) horas, não for encontrado, far-se-á a citação por oficial de justiça.
- C) O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da mesma, atualizada, sem acréscimo das despesas processuais.
- D) Caso o executado não garanta a execução mediante depósito, poderá nomear bens à penhora observada a ordem preferencial estabelecida no artigo 655 do CPC.
- E) As custas e juros de mora serão considerados quando da penhora de bens do executado, sempre devidos a partir da data do fato que ensejou a reclamatória.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 33 – Em matéria de arrematação, aponte a alternativa **correta**:

- A) Sem exceção podem participar da licitação com o fito de arrematar bens penhorados, todos os que estiverem na livre administração de seus bens.
- B) O menor púbere ou impúbere pode licitar desde que o faça assistido ou representado.
- C) O credor também pode arrematar os bens, desde que exiba o preço.
- D) Se o valor do bem exceder ao crédito do exequente, no momento do lanço, poderá aquele depositar dentro de 24 (vinte e quatro) horas a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação.
- E) A expropriação dos bens pode ser efetuada, no processo do trabalho, na fase da segunda praça.

QUESTÃO 34 – No que tange à adjudicação, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. É uma das formas de pagamento do credor, e também um meio de aquisição da propriedade.
- II. A transferência da propriedade dos bens levados à praça poderá se dar contra a vontade do devedor.
- III. Pelo sistema do processo do trabalho compreende somente os bens imóveis, que serão adquiridos pelo exequente, quando regularmente processado o procedimento licitatório.
- IV. O credor somente pode require-la se houver praça e nela comparecerem os licitantes.
- V. É incabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória que a concede.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, II e III.
- B) III, IV e V.
- C) II, IV e V.
- D) I, III e IV.
- E) I, II e V.

QUESTÃO 35 – Em relação aos embargos de terceiro, aponte a alternativa **correta**:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- A) Equipara-se a terceiro, para efeito dos embargos, o cônjuge quando defende bens de sua meação.
- B) Os embargos de terceiro podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento ainda que a sentença tenha passado em julgado.
- C) Uma vez que não está previsto na CLT, o recurso oponível à decisão de embargos de terceiro, na execução, lícito entender-se possível a apelação.
- D) O possuidor direto não pode alegar, com sua posse, domínio alheio.
- E) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é sempre do juízo deprecante.

QUESTÃO 36 – Em relação às contribuições previdenciárias, aponte a alternativa **correta**:

- A) Nos processos em que se apuram contribuições previdenciárias decorrentes de acordo sempre haverá a incidência de juros e multa.
- B) Mesmo que o INSS não tenha participado do processo original, por falta de interesse processual imediato, nada impede que venha a se tornar parte no processo de execução, no que respeita às contribuições sociais que lhe são devidas.
- C) As sentenças condenatórias, constitutivas ou declaratórias geram interesse processual do INSS e arrimam a ação deste instituto na execução.
- D) Para ser parte na execução, a União deve recorrer das decisões cognitivas ou homologatórias, que indicam a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo, no que concerne ao recolhimento das contribuições previdenciárias.
- E) Deixando a parte de recolher a contribuição previdenciária que lhe incumbe, o juiz só poderá dar início à execução forçada por quantia certa se provocado pelo INSS.

QUESTÃO 37 – Quanto à admissibilidade recursal, aponte a alternativa **correta**:

- A) É cabível recurso de revista em procedimento sumaríssimo por contrariedade a Súmula ou Orientação Jurisprudencial do TST.
- B) Admite-se a regularização da representação processual em qualquer fase do processo, aplicando-se subsidiariamente ao processo do trabalho o art. 13 do CPC (regularização da representação).
- C) É inadmissível em instância recursal o oferecimento tardio de procuração, ainda que



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

mediante protesto por posterior juntada.

D) Não se conhece de recurso para o Tribunal Regional do Trabalho, pela ausência do requisito de admissibilidade inscrito no art. 514, II do CPC (fundamentos de fato e de direito) quando as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida.

E) Admite-se o recurso interposto antes de publicada a sentença ou o acórdão impugnado.

QUESTÃO 38 – Quanto aos efeitos dos recursos na Justiça do Trabalho, aponte a alternativa **correta**:

A) O efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário, fixado no artigo 515, par. primeiro do CPC, transfere ao Tribunal o exame das prejudiciais de mérito arguidas na defesa não apreciadas na sentença, ainda que não renovadas nas contrarrazões.

B) O recurso interposto por um dos litisconsortes aproveita aos demais, tanto no litisconsórcio unitário quanto no facultativo.

C) A antecipação de tutela concedida na sentença somente pode ter efeito suspensivo decretado pela via de mandado de segurança.

D) Em se tratando de execução provisória não fere o direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro quando indicados outros bens à penhora.

E) Fere direito líquido e certo do devedor o prosseguimento da execução até a completa satisfação do credor quanto aos títulos e valores não discutidos no agravo de petição.

QUESTÃO 39 – Em relação aos embargos de declaração, aponte a alternativa **correta**:

A) Na Justiça do Trabalho são admitidos, nos termos do art. 897-A da CLT, apenas nas hipóteses de contradição, omissão e manifesto equívoco na apreciação dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade do recurso.

B) É passível de nulidade sentença ou acórdão que os acolham com efeito modificativo sem que seja concedida oportunidade de manifestação prévia à parte contrária.

C) Na Justiça do Trabalho suspendem o prazo recursal para ambas as partes no caso de ser deferido efeito modificativo.

D) Nos casos de julgamento “*citra petita*” a parte que não opôs os embargos, não poderá ajuizar ação rescisória.

E) É cabível a oposição de embargos para supressão de omissão contra decisão



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

monocrática de cunho decisório que denega recurso manifestamente inadmissível.

QUESTÃO 40 – Quanto à execução, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. São títulos executivos extrajudiciais na Justiça do Trabalho o Termo de Ajuste de Conduta, os créditos previdenciários decorrentes de condenação trabalhista e as certidões da dívida ativa decorrentes de multas aplicadas por auditores fiscais do trabalho.
- II. São obrigações acessórias à sentença declaratória, executáveis na Justiça do Trabalho, custas, honorários advocatícios e periciais, emolumentos e multas aplicadas no decorrer do processo.
- III. É admitida na Justiça do Trabalho a sub-rogação de dívida e a cessão do crédito.
- IV. Elaborada a conta de liquidação por artigos, simples cálculo ou arbitramento o Juiz poderá homologá-la sem a abertura de prazo para manifestação das partes.
- V. É devido o recolhimento de contribuição previdenciária em caso de acordo sem reconhecimento de vínculo empregatício, calculada sobre a totalidade do valor, se não houver discriminação da natureza das verbas pagas.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, II e IV.
- B) I, II e III.
- C) II, IV e V.
- D) I, III e V.
- E) III, IV e V.

QUESTÃO 41 – Há dentre as alternativas abaixo uma que contém ação incabível na Justiça do Trabalho. Aponte a alternativa **correta**:

- A) Ação de consignação em pagamento e mandado de segurança.
- B) Ação anulatória e ação de despejo por falta de pagamento.
- C) Mandado de segurança e anulatória.
- D) Ação monitória e ação de consignação em pagamento.
- E) Anulatória de cláusula convencional e interdito proibitório.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 42 – No que concerne à produção da prova no processo de conhecimento, aponte a alternativa **correta**:

- A) Ao juiz é vedado determinar a produção de qualquer prova que não tenha sido requerida pela parte, sob pena de quebrar o princípio da imparcialidade.
- B) Admitida a assistência litisconsorcial na relação processual, o assistente terá interesse na produção da prova, em razão da sua posição naquela relação.
- C) Admitida a oposição na relação processual, o oponente deverá fazer prova que irá beneficiar um dos opostos, cujo interesse colidir com o seu.
- D) Caso o autor, em depoimento pessoal, confesse os fatos que lhe são contrários, mesmo assim o juiz deverá determinar a produção de outras provas sobre o mesmo fato confessado.
- E) Apenas a prova produzida em audiência é capaz de provocar o convencimento do Juiz, pois os documentos não guardam fidelidade uma vez que, em geral, são sempre produzidos pela empresa.

QUESTÃO 43 - Em matéria de prova, observe as proposições abaixo e ao final responda a alternativa que contenha **proposituras corretas**:

- I. Aquele que não prestou depoimento pessoal não poderá presenciar o depoimento do outro.
- II. Os incapazes, em princípio, não poderão depor nem na qualidade de informantes, pois presume-se que não possuam o discernimento necessário para esclarecer quanto aos fatos que lhe serão perguntados.
- III. Havendo necessidade de realização de prova pericial a ser concretizada fora da sede do Juízo, a nomeação do profissional incumbirá ao Juízo deprecante.
- IV. Cessará a fé de um documento público ou particular quando lhe for declarada judicialmente a falsidade, sendo certo que a competência do Juiz do Trabalho para fazer tal declaração é meramente incidental.
- V. Feita a prova do fato narrado, e reconhecida a existência do direito, caberá ao julgador acolher o pedido, com o fundamento jurídico apontado pela parte, caso contrário estar-se-ia modificando a causa de pedir.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

Está **correta** a alternativa:

- A) I, II e IV.
- B) II, III e V.
- C) I, III e V.
- D) II, IV e V.
- E) I, III e IV.

QUESTÃO 44 - “x” ingressa com ação trabalhista pleiteando em liminar tutela antecipada para se ver reintegrado ao trabalho. Diz que sofreu acidente do trabalho e que foi dispensado injustamente quando gozava de estabilidade. O juiz não aprecia o pedido e designa audiência. Inconformado, “x” peticiona reiterando o pedido. Sobrevém o despacho: “deixo de analisar o requerido por ora. Aguarde-se a audiência designada”.

Aponte a alternativa **correta**:

- A) Não caberá qualquer recurso ou providência, devendo se conformar. O juiz tem o poder de polícia e decidiu corretamente, pois a tutela antecipada pode ser apreciada a qualquer momento.
- B) Cabe ação cautelar, pois a decisão é inconstitucional ante a ausência de fundamento e, considerando a fase processual, não se admite qualquer recurso.
- C) Cabe agravo, pois a decisão é inconstitucional, ante a ausência de fundamento.
- D) O pedido de tutela antecipada foi pleiteado em caráter liminar e, portanto, o juiz deveria julgá-lo de forma fundamentada. Cabe mandado de segurança.
- E) O pedido de tutela antecipada foi pleiteado em caráter liminar e, portanto, o juiz deveria julgá-lo de forma fundamentada. Não cabe mandado de segurança, pois ato proferido nesta fase processual é irrecorrível.

QUESTÃO 45 - O trabalhador “x” ingressa com ação trabalhista em face do seu ex-empregador pleiteando declaração de vínculo de emprego e verbas consequentes, dentre elas indenização por dano e seguro desemprego. Diz que em razão da dispensa não pode honrar negócio jurídico de compra de apartamento, com perda do sinal dado como garantia do negócio. A empresa contesta todos os pedidos além de arguir a incompetência da Justiça do Trabalho, pois o autor da ação era diretor estatutário da empresa, cuja natureza jurídica é de sociedade anônima. Alega também incompetência material para apreciação do



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

pedido de indenização de seguro desemprego e indenização por dano moral. Aponte a alternativa **correta**:

- A) A competência para decidir e julgar todos os pedidos é da Justiça do Trabalho, devendo ser rejeitada a exceção e determinada a abertura da instrução processual. O ônus da prova é do autor.
- B) A competência para decidir e julgar todos os pedidos é da Justiça do Trabalho, devendo ser rejeitada a exceção e determinada a abertura da instrução processual. O ônus da prova é da ré, à exceção do pedido de indenização por dano moral pela quebra do contrato de natureza civil.
- C) A Justiça do Trabalho é incompetente para julgar a relação entre o diretor e a sociedade anônima. O juiz deverá declinar de sua competência e determinar a remessa dos autos ao juízo civil. Não se discutirá sobre o ônus da prova.
- D) A Justiça do Trabalho é incompetente para julgar a relação entre o diretor e a sociedade anônima. O juiz deverá declinar de sua competência sentenciando o feito com extinção sem julgamento de mérito por ausência de pressuposto processual.
- E) Não cabe à Justiça do Trabalho julgar os pedidos de indenizações do seguro desemprego e dano moral, embora tenha competência para conhecer e julgar dos pedidos de declaração de vínculo de emprego e verbas rescisórias. Sendo assim, deverá rejeitar a exceção quanto àquele primeiro fundamento e no que concerne aos pedidos de indenizações, extinguir o feito sem julgamento de mérito ante a inconveniência de fracionamento do processo.

QUESTÃO 46 – É **correto** afirmar que a União, entidades autárquicas, fundações de direito público, Estados e Municípios terão como privilégios:

- A) Prazo de quinze dias para contestar ações ordinárias e pagamento do preparo após o trânsito em julgado da decisão.
- B) Prazo em dobro para contestar ações ordinárias e isenção de preparo.
- C) Prazo em quádruplo para a designação da audiência em que deverá apresentar defesa e isenção de preparo.
- D) Prazo em quádruplo para a designação da audiência em que deverá apresentar defesa e pagamento do preparo após o trânsito em julgado da decisão.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

E) Prazo de quinze dias para designação da audiência em que deverá apresentar defesa e pagamento do preparo após o trânsito em julgado da decisão.

QUESTÃO 47 - No que concerne à competência, aponte a alternativa **incorreta**:

- A) Caso sejam distribuídas duas ações conexas em separado, estará prevento o juiz que despachou em primeiro lugar, desde que tenham a mesma competência territorial.
- B) Caso sejam distribuídas duas ações conexas em separado, estará prevento o juiz cuja citação válida foi realizada em primeiro lugar, desde que tenham diferentes competências territoriais.
- C) A incompetência de foro "*ratione loci*" é matéria de contestação. Por se tratar de incompetência relativa o momento para arguição dessa exceção, é, portanto, o da resposta ao pedido do reclamante.
- D) Tratando-se de atleta profissional a Justiça Desportiva terá competência para conhecer e julgar as causas relativas a direito de arena, salários e indenizações.
- E) Não compete à Justiça do Trabalho decidir sobre contribuições previdenciárias oriundas de sentenças declaratórias de vínculo de emprego.

QUESTÃO 48 - Em matéria de resposta do réu, aponte a alternativa **correta**:

- A) Pode-se arguir por meio de exceção o impedimento ou suspeição do servidor público.
- B) A exceção de incompetência absoluta dispensa a forma de exceção e deve ser formulada em peça própria, separada da defesa.
- C) O entendimento do Tribunal Superior do Trabalho não admite, em hipótese alguma, reconvenção em ações submetidas ao procedimento sumaríssimo.
- D) Na contestação o réu somente se defende pelo mérito, através da defesa direta ou indireta.
- E) As exceções de suspeição ou incompetência, por força das disposições da CLT, não importarão em suspensão do feito.

QUESTÃO 49 - No que concerne às defesas do réu no processo trabalhista, aponte a alternativa **correta**:

- A) A compensação poderá ser arguida a qualquer tempo, com fundamento na vedação do princípio do enriquecimento sem causa.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- B) Após a contestação poderá o reclamado deduzir novas alegações, que sejam importantes para dirimir o conflito, ainda que não trate de direito superveniente.
- C) Se for acolhida a exceção de incompetência absoluta em razão da matéria, esta decisão é recorrível porque terminativa do feito.
- D) A contestação no rito sumaríssimo poderá ser protocolizada no prazo de cinco dias, em razão do princípio da celeridade processual.
- E) Réu poderá valer-se do protesto para formalizar a defesa, sendo que ambos os institutos possuem a mesma natureza.

QUESTÃO 50 – Quanto à Ação Rescisória na Justiça do Trabalho, aponte a alternativa **correta**:

- A) É cabível com fundamento em ofensa a coisa julgada decorrente da ação de cumprimento em face de sentença normativa.
- B) É incabível para impugnar decisão homologatória de adjudicação, arrematação ou cálculos.
- C) É cabível para invalidar a confissão real ou ficta, resultante de erro, dolo ou coação, na qual se baseou a sentença.
- D) Litisconsórcio é necessário em relação ao pólo passivo da demanda, porque supõe uma comunidade de direitos ou de obrigações que não admite solução díspar para os litisconsortes, em face da indivisibilidade do objeto.
- E) Sindicato não possui legitimidade para propor ação rescisória sem a citação de todos os empregados substituídos.

QUESTÃO 51 – Condiciona-se à demonstração de divergência jurisprudencial a admissibilidade do recurso de embargos contra acórdão de Turma em recurso de revista em fase de execução, publicada na vigência da Lei 11.496 de 26.06.2007, (que deu nova redação ao art. 894 da CLT, para modificar o recurso de embargos no Tribunal Superior do Trabalho). Aponte a alternativa **correta**:

- A) Entre Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, em relação às decisões proferidas com violação literal de disposição de lei federal.
- B) Entre Turmas ou destas e a Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, em relação à interpretação de dispositivo constitucional.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- C) Entre uma Turma e a Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, em relação à interpretação de lei federal.
- D) Entre as Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, ou destas e a Seção Especializada em Dissídios Coletivos, em relação à interpretação de dispositivo constitucional.
- E) Entre Turmas ou destas e a Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, em relação às decisões que têm como conteúdo a análise da aplicação de correção monetária e juros legais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 52 – Em relação à Advocacia Geral da União, aponte a alternativa **correta**:

- A) É a instituição que, diretamente ou não, representa a União, judicial ou extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos de lei ordinária que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- B) É a instituição que tem como chefe o Advogado-Geral da União, nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- C) A representação da União, na execução da dívida ativa de natureza tributária, cabe à Defensoria Pública da Fazenda Nacional.
- D) Aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após 3 (três) anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- E) Ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia Pública far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, ou por nomeação do Advogado-Geral da União, dentre os cidadãos maiores de 35 (trinta e cinco anos), de notável saber jurídico e reputação ilibada.

QUESTÃO 53 - Em relação ao Banco Central, aponte a alternativa **correta**:

- A) Tem competência exclusiva para emitir papel-moeda e moeda metálica, que era de responsabilidade do Tesouro Nacional.
- B) Tem competência para conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer instituição financeira.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- C) Não tem competência para comprar ou vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, que só podem ser negociados por instituições financeiras oficiais.
- D) Tem a responsabilidade pelo depósito das disponibilidades de caixa da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- E) Poderá examinar e emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.

QUESTÃO 54 – Em relação ao princípio da separação dos poderes e o mecanismo de funcionamento dos órgãos estatais, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. Não há separação dos poderes quando a Constituição autoriza o Executivo a criar leis, o Legislativo a julgar Ministros de Estados em crimes de responsabilidade e ao Judiciário, pelo Supremo Tribunal Federal, propor súmulas vinculantes que obrigam como se fossem leis.
- II. Apesar de independentes, os poderes de Estado devem atuar de forma harmônica, privilegiando a cooperação e a lealdade institucional.
- III. Para que a pluralidade de órgãos de um sistema de governo funcione, obedecendo o princípio da separação dos poderes, é necessário que o relacionamento entre tais poderes seja pautado por normas de lealdade constitucional, sem que existam mecanismos de controle recíprocos, que importariam na intervenção indevida, de um em outro poder.
- IV. A consagração de um sistema de controle dos poderes atende ao princípio da separação dos poderes e faz parte do mecanismo de freios e contrapesos.
- V. Pelo sistema constitucional fazem parte dos poderes da república, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e por seu papel fundamental, o Ministério Público.

Está **correta** a alternativa:

- A) I e V.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) III e V.
- E) I e II.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 55 – No que concerne ao Poder Legislativo, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. Os representantes do Senado Federal são eleitos segundo o princípio majoritário, elegendo 3 (três) senadores por Estado e 2 (dois) pelo Distrito Federal, com mandato de 8 (oito) anos e 2 (dois) suplentes por senador.
- II. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- III. A resolução sobre tratados, matéria de interesse da União, de competência exclusiva do Congresso Nacional, completa-se com a sanção do Presidente da República.
- IV. Está dentro da competência exclusiva do Congresso Nacional a escolha de 1/3 (um terço) dos membros do Tribunal de Contas da União.
- V. Importa em crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, no prazo de 30 (trinta) dias, de pedido de informação feita pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a Ministros do Estado.

Está **correta** a alternativa:

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) III e V.
- D) I e IV.
- E) II e V.

QUESTÃO 56 – Em relação ao processo legislativo, aponte a alternativa **correta**:

- A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de 2/3 (dois terços), no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- B) O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra em 2 (dois) turnos de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
- C) As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República que deverá solicitar a



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

delegação ao Congresso Nacional, que terá a forma de Decreto Legislativo, com especificação do conteúdo e dos termos do exercício.

D) O projeto de lei enviado ao Presidente da República, pela Casa do Congresso que concluir a sua votação, poderá ser sancionado ou vetado, mas decorrido o prazo de 15 (quinze) dias o silêncio presidencial importará em sanção.

E) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros do Senado.

QUESTÃO 57 – Em relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, aponte a alternativa **correta**:

A) Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, podendo, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes.

B) Cabe aos Municípios explorarem diretamente ou mediante concessão os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

C) O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao quádruplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingindo o número de 36 (trinta e seis), será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de 12 (doze).

D) O Município reger-se-á por lei orgânica votada em 2 (dois) turnos, com interstício de 15 (quinze) dias, e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.

E) Compete à União legislar exclusivamente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

QUESTÃO 58 – Em relação às garantias e direitos fundamentais, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

I. É direito fundamental a manifestação política, reivindicatória ou a constituição de piquetes em apoio a movimento grevista, pacífica e em via pública, ainda que contígua à propriedade do empregador, independentemente de autorização ou aviso ao empregador.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- II. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou suspensas suas atividades por decisão judicial transitada em julgado.
- III. Integram a Constituição da República Federativa do Brasil os tratados e convenções internacionais de direitos humanos aprovados em cada casa do Congresso, em 2 (dois) turnos e por 3/5 (três quintos) dos votos de seus membros.
- IV. São assegurados aos criadores e intérpretes e às respectivas entidades sindicais e associativas a fiscalização do aproveitamento econômico das obras por eles criadas ou de que participarem.
- V. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, tem legitimidade para representar seus filiados judicialmente e, em qualquer caso, extrajudicialmente.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, III e V.
- B) I, II e IV.
- C) II, III e V.
- D) I, III e IV.
- E) II, IV e V.

QUESTÃO 59 – Em relação às tutelas constitucionais, aponte a alternativa **correta**:

- A) É cabível “*habeas corpus*” preventivo na Justiça do Trabalho, para evitar prisão de depositário infiel.
- B) O mandado de segurança coletivo poderá ser ajuizado exclusivamente por partido político com representação no Congresso, por organização sindical de grau superior, por entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 2 (dois anos).
- C) Mediante comprovação de insuficiência econômica do autor são gratuitas as ações de “*habeas corpus*” e “*habeas data*”.
- D) O Estado prestará assistência jurídica gratuita integral exclusivamente aos que, estando no pólo passivo da relação processual penal ou civil e ativo da relação processual trabalhista, comprovarem insuficiência de recursos.
- E) A ação popular pode ser impetrada por qualquer pessoa física com a finalidade de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, entre outras hipóteses.

QUESTÃO 60 – Em relação ao estatuto da Magistratura, aponte a alternativa **correta**:

- A) O magistrado do trabalho, a partir da posse, só perderá o cargo por condenação em ação penal por crime comum ou de responsabilidade ou em procedimento administrativo nas hipóteses legais.
- B) O Tribunal ou seu Órgão Especial poderá determinar, por motivo de interesse público, observado o devido processo legal, a remoção de juiz de instância inferior.
- C) O magistrado que for convocado a substituir, em primeira ou segunda instância, perceberá a diferença de vencimentos correspondente ao cargo que passa a exercer, com exceção das diárias e transporte correspondentes ao cargo que passa a exercer.
- D) Nos termos do Código de Ética da Magistratura se considera tratamento discriminatório injustificado a concessão de audiência apenas a uma das partes ou seu advogado.
- E) O princípio da transparência exige do magistrado a documentação de seus atos, nos casos legalmente previstos, e a manifestação pública, quando solicitado por meios de comunicação e não for o caso de segredo de justiça, ainda que houver possível prejuízo às partes e seus procuradores.

QUESTÃO 61 – A ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa. Em relação a esta afirmação, aponte a alternativa **correta**:

- A) Uma das finalidades da ordem econômica é dar tratamento favorecido às pequenas empresas, desde que sejam constituídas de acordo com a lei nacional e tenham sua sede e administração no Brasil.
- B) A busca do pleno emprego constitui um direito fundamental coletivo e não se confunde, nem se comunica, com a ordem econômica nacional, cujo objetivo é a garantia de lucro às empresas.
- C) A atividade econômica depende sempre de autorização dos órgãos públicos para que possa ser exercida, pois é necessário o respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

D) Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras ainda que tenham sua sede e administração em outro país.

E) A imposição de sentenças normativas para dirimir conflitos que imponham obstáculos ao equilíbrio entre o capital e o trabalho

QUESTÃO 62 - Em matéria de concretização da ordem jurídica, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. O processo jurisdicional existe para a garantir a paz social e para a realização do direito material e dos direitos fundamentais que estão tutelados na Constituição Federal.
- II. Todos os princípios, incluindo os direitos fundamentais, são considerados relativos em sua incidência no caso concreto.
- III. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição Federal.
- IV. O mandado de segurança é ação constitucional e cabe contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público em razão da necessidade de respeito ao princípio da moralidade administrativa.
- V. São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, excetuados os casos de segurança nacional.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, II e III.
- B) I, III e V.
- C) II, IV e V.
- D) III, IV e V.
- E) I, II e IV.

QUESTÃO 63 - Em relação às ações que o Poder Público deverá tomar para que seja assegurada a efetividade do meio ambiente ecologicamente equilibrado, aponte a alternativa **correta**:

- A) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente nos



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

casos em que a infração ao meio ambiente seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual.

B) Exigir que para instalação de toda obra ou atividade seja procedido, obrigatoriamente, estudo prévio de impacto ambiental, podendo ou não publicá-lo, nos limites da lei.

C) Promover a educação ambiental de forma obrigatória exclusivamente no ensino fundamental.

D) Legislar sobre responsabilidade por dano ambiental e proteção à saúde do trabalhador, promovendo a educação ambiental nas escolas é dever exclusivo dos estados federados, sendo subsidiária a responsabilidade da União.

E) O dever de preservação e defesa do meio ambiente é responsabilidade exclusiva do poder público em todos os seus níveis.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 64 – Em relação às obrigações, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela que foram mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias.
- II. Deteriorada a coisa, sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa abatido de seu preço o valor que perdeu.
- III. Nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia que executou o ato de que se devia abster.
- IV. A diferença de causa nas dívidas não impede a compensação, exceto, por hipótese, se uma for de coisa não suscetível de penhora.
- V. Obrigando-se por terceiro, uma pessoa pode compensar esta dívida com o que o credor dele lhe dever.

Está **correta** a alternativa:

- A) III e IV.
- B) II e III.
- C) IV e V.
- D) I e V.
- E) I e II.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 65 – Em relação à cláusula penal, aponte a alternativa **correta**:

- A) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se apenas às hipóteses de inexecução completa da obrigação ou da mora.
- B) Quando se estipular a cláusula penal para o caso do total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor.
- C) Sendo indivisível a obrigação, todos os devedores, caindo em falta um deles, incorrerão na pena, e esta só se poderá demandar integralmente de cada um deles, pela totalidade da dívida.
- D) Quando a obrigação for indivisível incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, apurando proporcionalmente a sua parte na obrigação.
- E) Se o prejuízo excede ao previsto na cláusula penal poderá o devedor, justificadamente, exigir do credor indenização suplementar, ainda que assim não tenha sido convencionado.

QUESTÃO 66 - Em relação ao cumprimento das obrigações, aponte a alternativa **correta**:

- A) O ato a ser executado pode ser realizado pelo devedor ou por terceiro às custas deste, caso em que será indevida indenização.
- B) Praticado pelo devedor o ato, a cuja abstenção se obrigou, não o desfazendo, em caso de urgência, o credor poderá desfazê-lo por iniciativa própria, independentemente de autorização judicial.
- C) A escolha da forma de cumprimento da obrigação alternativa cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- D) Em caso de pluralidade de credores, cada um exigirá exclusivamente o seu quinhão, desobrigando-se o devedor da dívida em relação a cada um dos credores.
- E) O credor que propuser ação contra apenas um dos devedores solidários renuncia à solidariedade.

QUESTÃO 67 - Em relação à proteção das pessoas e de seus direitos, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. Pode-se requerer a sucessão definitiva provando-se que o ausente conta com 65 (sessenta e cinco) anos de idade e que de 5 (cinco) anos datam as últimas notícias dele.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- II. A retirada “*post mortem*” de tecidos, órgãos, ou partes do corpo humano destinados a transplante deverá ser precedida de morte encefálica, constatada e registrada por um médico, não participante das equipes de remoção, por resolução do Conselho Federal de Medicina.
- III. A legislação brasileira admite a disposição do próprio corpo para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.
- IV. Sem autorização não se pode utilizar o nome alheio em propaganda comercial, salvo para a promoção de direito públicos.
- V. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

Está **correta** a alternativa:

- A) I e IV.
- B) II e IV.
- C) II e V.
- D) III e V.
- E) I e III.

QUESTÃO 68 – Em relação aos defeitos do negócio jurídico, aponte a alternativa **correta**:

- A) Não vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, ainda que dela tivesse conhecimento a parte que a aproveite.
- B) Vale o pagamento ciente feito ao credor incapaz de quitar, se o devedor provar que em benefício dele efetivamente reverteu.
- C) O falso motivo não vicia a declaração de vontade mesmo quando expresso como razão determinante.
- D) A pessoa obrigada, por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, não tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos.
- E) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é nula nos mesmos casos em que o é a declaração direta.

QUESTÃO 69 – Em relação aos negócios jurídicos, observe as proposições abaixo e



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- II. Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente e, no caso de falecido, considerando-se a vontade dos sucessores.
- III. Os poderes de representação conferem-se por lei ou pelo interessado.
- IV. Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa fé e os usos do lugar de sua celebração.
- V. Nas declarações de vontade se atenderá ao sentido literal da linguagem expressa no documento.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, II e IV.
- B) II, IV e V.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e V.
- E) I, III e V.

QUESTÃO 70 – Em relação à prescrição, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. Iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- II. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, no prazo (10) dez anos se a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- III. Os prazos podem ser alterados desde que acordados pelos agentes do negócio jurídico.
- IV. A renúncia pode ser expressa ou tácita, e só valerá se realizada sem prejuízo de terceiro, depois que se consumir. Será tácita a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- V. Suspensa em favor de um dos credores solidários, só aproveita aos outros se a obrigação for indivisível.

Está **correta** a alternativa:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- A) I, II e III.
- B) II, IV e V.
- C) II, III e IV.
- D) I, IV e V.
- E) I, III e V.

QUESTÃO 71 – Em relação ao pagamento, aponte a alternativa **correta**:

- A) O interessado somente pode pagar a dívida se o credor assentir.
- B) O terceiro não interessado em hipótese alguma poderá fazer o pagamento.
- C) A eficácia do pagamento independe da transmissão da propriedade.
- D) Só é válido o pagamento feito ao credor diretamente, não sendo lícita a representação.
- E) Aquele que possui o recibo devidamente assinado pelo credor presume-se autorizado a receber o pagamento, ficando liberado o devedor.

QUESTÃO 72 – É **correto** afirmar que goza de privilégio geral, na ordem seguinte, sobre os bens do devedor:

- A) O crédito por despesa de seu funeral; o crédito por custas judiciais, ou por despesas com a arrecadação e liquidação da massa; o crédito por despesas com o luto do cônjuge sobrevivente e dos filhos do devedor falecido e o crédito por despesas com o luto do cônjuge sobrevivente e dos filhos do devedor falecido.
- B) O crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor, nos seus derradeiros seis meses de vida; o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e no anterior e o crédito pelos gastos necessários à manutenção do devedor falecido e sua família, no trimestre anterior ao falecimento.
- C) O crédito pelos gastos necessários à manutenção do devedor falecido e sua família, no trimestre anterior ao falecimento; o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no trimestre anterior ao falecimento e o crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor, no ano corrente e no anterior.
- D) O crédito por despesa de seu funeral, feito segundo a condição do morto e o costume do lugar; o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no trimestre anterior ao falecimento e o crédito por custas judiciais, ou por despesas com a arrecadação e liquidação da massa.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

E) O crédito pelos gastos necessários à manutenção do devedor falecido e sua família, no semestre anterior ao falecimento; o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e no anterior e o crédito por despesa de seu funeral, feito segundo a condição do morto e o costume do lugar.

QUESTÃO 73 – Ressalvados outros casos previstos em lei especial, é **correto** afirmar que os empresários individuais e as empresas respondem pelos danos causados pelos produtos postos em circulação:

- A) Se houver prova de dolo ou culpa.
- B) Apenas se houver prova de dolo.
- C) Apenas se houver prova de culpa.
- D) Independentemente de prova de culpa.
- E) Desde que tais produtos tenham sido gratuitamente entregues.

QUESTÃO 74 – Em relação à lei nova, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, salvo disposição expressa em contrário.
- II. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- III. Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo para o início de sua vigência será dobrado.
- IV. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- V. Destinando-se à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

Está **correta** a alternativa:

- A) I e V.
- B) II e IV.
- C) III e V.
- D) I e III.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

E) II e IV.

QUESTÃO 75 – A lei do país em que é domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família. Aponte a alternativa **correta**:

- A) Quando ambos os nubentes forem estrangeiros, será aplicada a lei estrangeira, mesmo que o casamento seja realizado no Brasil.
- B) O casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante as autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes.
- C) Quando os nubentes tiverem domicílio diverso, a lei do domicílio da mulher regerá os casos de invalidade do matrimônio.
- D) O divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, só será reconhecido no Brasil depois de 3 (três) anos da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo, caso em que a homologação produzirá efeito imediato, obedecidas as condições estabelecidas para a eficácia das sentenças estrangeiras no país.
- E) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do chefe da família.

QUESTÃO 76 – Em relação às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, aponte a alternativa **incorreta**:

- A) As entidades que não distribuam entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social são qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- B) As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP poderão relacionar-se com o Poder Público por meio de parcerias para formação de vínculo de cooperação com objetivo de executar promoção gratuita da educação e saúde.
- C) Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional poderão ser qualificados como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

D) Havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização deverão comunicar o Ministério Público para que possa ingressar com a medida adequada a fim de promover a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

E) A certificação dada pelo Ministério da Justiça às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, não poderá ser conferida a fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas.

QUESTÃO 77- Quanto aos contratos, observe as proposições abaixo e ao final responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. A proposta obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.
- II. É obrigatória, se feita sem prazo a pessoa ausente e tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.
- III. A coisa recebida em virtude de contrato comutativo não pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que apenas lhe diminuam o valor.
- IV. O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive quanto à forma.
- V. A evicção subsiste mesmo na aquisição que se tenha realizada em hasta pública.

Está **correta** a alternativa:

- A) I e V.
- B) II e IV.
- C) III e V.
- D) I e III.
- E) II e IV.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 78 – Em relação ao trabalho infantil e do adolescente, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- I. Cabe ao Poder Judiciário a autorização para trabalho infantil artístico, apreendido economicamente por outrem ou não, a pessoas com menos de 14 anos, desde que comprovado que a atividade seja indispensável à sua sobrevivência ou de seus pais, avós ou irmãos.
- II. Se no exercício de suas funções o juiz tiver conhecimento de ato ofensivo a direitos individuais, difusos ou coletivos de criança ou adolescente que possa ensejar a propositura de ação civil, remeterá peças ao Ministério Público para as providências necessárias.
- III. É proibido o trabalho do trabalhador doméstico com idade inferior a 18 anos.
- IV. É proibido ao adolescente o trabalho noturno e em empresas que desenvolvem atividades perigosas e insalubres, em quaisquer funções.
- V. Nos termos da Convenção 138 da OIT, ratificada pelo Brasil, a idade mínima para o trabalho não poderá ser inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e V.
- C) I, III e IV.
- D) II, IV e V.
- E) II, III e V.

QUESTÃO 79 – Em relação ao trabalho do aprendiz, aponte a alternativa **correta**:

- A) É condição de validade do contrato de aprendizagem que o trabalho se desenvolva como complemento de curso em escola técnica de educação, com caráter metódico e acompanhado.
- B) A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pelo tomador dos serviços ou por entidade sem fins lucrativos de assistência ao adolescente desde que registrada no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- C) O contrato de aprendizagem se extinguirá quando o aprendiz completar 18 ou 24 anos, se estiver cursando ensino técnico-profissional metódico.
- D) A jornada de trabalho do aprendiz será de 6 (seis horas) em cada contrato, não havendo



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

proibição legal de que o aprendiz realize concomitantemente dois contratos em jornadas de 6 (seis horas), compatíveis entre si.

E) A empresa de qualquer natureza deverá empregar número de aprendizes equivalente a no mínimo de 3% e no máximo 10% dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

QUESTÃO 80 – Em relação ao estágio, aponte a alternativa **correta**:

A) É a atividade educacional obrigatória prevista nas diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área do ensino que estiver realizando o estudante.

B) Não cria vínculo empregatício com a parte concedente e exige frequência regular do educando em curso de educação superior, de ensino médio, de educação profissional, de educação para alunos com necessidades especiais e para alunos em escolas de jovens e adultos, a partir da 5ª série.

C) É obrigação da instituição de ensino exigir do educando a apresentação periódica de relatórios de atividades, em prazo não superior a um ano.

D) É obrigação conjunta da instituição de ensino e da parte cedente do estágio contratar a favor do estagiário, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado.

E) É assegurado para pessoas portadoras de deficiência, estágio na porcentagem de 10% das vagas existentes na empresa.

BLOCO III

CURSOS PARA CONCURSOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 81 – No que concerne à forma dos atos processuais, aponte a alternativa **correta**:

A) Os atos processuais que dizem respeito a casamento, filiação, separação de cônjuges e guarda de menores são públicos, podendo terceiro que demonstre interesse, consultar os autos.

B) Atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, dependem de despacho do juiz, não podendo ser praticados de ofício pelo servidor.

C) Salvo no Distrito Federal e nas capitais dos Estados, todas as petições e documentos



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

que instruírem o processo, quando constantes de registro público, serão sempre acompanhadas de cópia, datada e assinada por quem as oferecer.

D) É defeso lançar nos autos cotas marginais ou interlineares, salvo com permissão do juiz da causa.

E) Eventuais contradições na transcrição de atos processuais e armazenados de modo integralmente digital, em arquivo eletrônico, deverão ser suscitadas oralmente no momento da realização do ato, sob pena de preclusão.

QUESTÃO 82 – No que concerne aos princípios do processo civil, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposições **corretas**:

- I. Exemplo legal de aplicação do princípio lógico, informativo e fundamental do processo é ao artigo 301, do CPC, que estabelece uma ordem para defesa do réu: questões preliminares antes do mérito.
- II. Pelo princípio jurídico da eficiência, o processo tem de submeter-se a um ordenamento preexistente, e, se este se alterar, estando em curso o processo, os atos já realizados devem ser respeitados.
- III. O princípio econômico revela a preocupação com o custo processual, daí porque a busca pelo alcance da possibilidade processual a todos os interessados, independentemente de sua condição social.
- IV. Corresponde ao princípio lógico do processo, a possibilidade de decisão de extinção do processo sem julgamento do mérito, antes da decisão de fundo.
- V. É manifestação estrita do princípio da plenitude lógica do ordenamento jurídico.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, III e V.
- B) II, III e IV.
- C) I, II e IV.
- D) III, IV e V.
- E) I, II e V.

QUESTÃO 83 – Em relação à competência, aponte a alternativa **correta**:

- A) Ante o reconhecimento de incompetência absoluta deverá o juiz declará-la, bem como



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

fazer a declaração expressa de nulidade dos atos processuais.

- B) Distingue-se a incompetência do impedimento, porque este é um defeito do órgão jurisdicional.
- C) Não há litispendência internacional, salvo se originar de fato ocorrido ou praticado no Brasil, porquanto a competência da autoridade judiciária brasileira é absoluta.
- D) O foro do domicílio do autor da herança é o competente para o inventário, a partilha e a arrecadação e todas as ações em que o espólio for réu, salvo se o óbito ocorreu no estrangeiro.
- E) A decisão proferida em ação coletiva envolvendo empresa que tem relação jurídica com pessoas em todo país, atingirá a empresa como um todo, influenciando em todas as relações jurídicas que ela mantém no Brasil.

QUESTÃO 84 – No que concerne à ação, aponte a alternativa **correta**:

- A) A ação reconvenção é admitida nas ações condenatórias e constitutivas, e não nas declaratórias.
- B) A pretensão na ação declaratória incidental, como escudada no artigo 5º, do CPC (declaratória incidental), pode referir-se a questões de direito material e processual.
- C) É inviável e inadmissível o pedido de ação declaratória incidental, em execução de julgado por quantia certa, contra quem não é parte na execução.
- D) A ação declaratória de falsidade documental pode referir-se à falsidade material, intelectual e ideológica.
- E) Não é admissível ação declaratória quando ocorrida a violação de direito.

QUESTÃO 85 – Em relação à ação processual e o pedido respectivo, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposições **corretas**:

- I. Quando o artigo 500 do Código Civil estabelece que o comprador de um imóvel tem direito a exigir o complemento da área, inferior à vendida, ou reclamar a rescisão do contrato ou, ainda, o abatimento do preço, temos um exemplo de possíveis ações sucessivas.
- II. A “*causa petendi*”, numa determinada ação, é complexa, porquanto abrange todos os fatos jurídicos e respectivos fundamentos.
- III. O termo final para que o autor possa, com o consentimento do réu, alterar o pedido



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

ou a causa de pedir é o saneamento do processo, após o que, não mais será possível proceder-se à referida modificação, ainda que haja consentimento expresso do réu.

- IV. Quando a obrigação consiste em obrigações periódicas, a sentença deve incluí-las na eventual condenação, se houver pedido expresso, neste sentido.
- V. É permitida a cumulação num único processo contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, II e IV.
B) II, III e IV.
C) I, IV e V.
D) II, III e V.
E) I, III e V.

QUESTÃO 86 - Em relação ao instituto da substituição processual no processo cautelar, aponte a alternativa **correta**:

- A) Terá aplicação quando terceiro autorizado por lei, agir em nome próprio, no interesse de terceiro.
- B) Não se admite a substituição processual no processo cautelar, uma vez que é um instituto restrito ao processo de conhecimento.
- C) Nas medidas de urgência, terá cabimento em todas as hipóteses que o juiz considerar necessário, seja no processo individual ou coletivo, não se restringindo às hipóteses previstas no artigo 41 e seguintes do Código de Processo Civil.
- D) No processo coletivo se confunde com legitimação autônoma e, por isso, todos os legitimados para a ação coletiva serão substitutos processuais.
- E) Sabendo-se que no processo cautelar não se discutem questões de mérito, não se admite que um terceiro possa defender direitos materiais que não lhe pertencem.

QUESTÃO 87 - Em relação à prova, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposições **corretas**:

- I. A chamada fase instrutória concentra de modo contundente os atos de instrução, os quais são destinados a recolher todos os elementos para que o juiz possa



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

firmar seu convencimento e, assim, julgar a lide, de forma que divide-se em: (a) atos de prova e (b) alegações.

- II. A audiência de justificação prévia caracteriza-se por ser uma sessão em que se instrui pedido de providência urgente e poderá ocorrer para a análise da necessidade de concessão de medida cautelar ou tutela antecipada em qualquer tipo de procedimento e não somente no processo cautelar.
- III. O juiz considerará a parte confessa nas seguintes situações: (a) se admitir a verdade de um fato, contrário ao seu interesse e favorável ao adversário; (b) se comparecer e se recusar a depor; (c) se, intimada para prestar depoimento pessoal, deixar, injustificadamente, de comparecer; (d) se, sem motivo justificado, deixar de responder ao que lhe for perguntado, ou empregar evasivas, caso em que o juiz entenderá como recusa a depor.
- IV. A inspeção judicial é meio de prova em que o juiz pode inspecionar diretamente pessoas ou coisas desde que requerido expressamente pela parte interessada no momento oportuno.
- V. Incumbe às partes, no prazo de 5 (cinco) dias depositar em cartório o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, a profissão, residência e o local de trabalho.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, IV e V.
- B) II, III e IV.
- C) I, II, V.
- D) III, IV e V.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 88 - Em relação à decisão da ação que tenha por objeto a obrigação de fazer e não fazer, aponte a alternativa **correta**:

- A) A fixação de multa diária independe de pedido expresso do autor.
- B) Para a efetivação de tutela específica ou obtenção do resultado útil equivalente o juiz determinará a remoção da coisa, desde que requerido expressamente pelo autor na inicial.
- C) Não obstante a relevância do fundamento, o juiz somente concederá a liminar após a audiência de justificação prévia.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

D) A medida cominatória que implica na solução da questão em perdas e danos será, em qualquer hipótese, a solução buscada pelo juiz, ainda que seja possível a aplicação de medidas que garantam o resultado prático equivalente ao direito material buscado.

E) Tutela específica e tutela antecipada são institutos idênticos, confundindo-se com a medida liminar e necessitando, para sua concretização, da instauração do processo de execução com citação do executado para cumprimento da medida em 15 dias, sob pena de pagamento de multa fixada em 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do crédito (art. 475-J, CPC).

QUESTÃO 89 – Quanto a quem detém legitimidade para a ação de execução, aponte a alternativa **incorreta**:

- A) O espólio e os herdeiros.
- B) O credor.
- C) O Ministério Público para todas as situações determinadas na lei.
- D) O sócio retirante em qualquer situação ou condição que esteve na sociedade.
- E) O cessionário, quando o título executivo houver sido transferido por ato entre vivos.

QUESTÃO 90 - Quanto ao processo executivo, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. O título executivo extrajudicial oriundo de país estrangeiro não depende de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, devendo satisfazer os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar da sua celebração e indicar o Brasil como lugar do cumprimento da obrigação.
- II. Considerando-se que o objeto da ação executiva é sempre um título, fica vedado ao juiz determinar o comparecimento das partes em juízo, ante a inocuidade da medida.
- III. Os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis poderão ser penhorados, ainda que destinados a satisfação de prestação alimentícia.
- IV. A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao exequente, sem prejuízo da imediata intimação do executado, providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, a respectiva



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

averbação no ofício imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial.

- V. A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, IV e V.
B) I, III e IV.
C) II, III e IV.
D) II, III e V.
E) I, II e V.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

QUESTÃO 91 – No que tange às relações diplomáticas e consulares e tendo em vista os preceitos das Convenções de Viena de 1961 (Dec. Legislativo 103/64 e Decreto 56.453/65) e de 1962 (Dec. Legislativo 6/67 e Decreto 61.078/67), observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. “Chefe de Missão diplomática” é a pessoa encarregada pelo Estado acreditado de agir nessa qualidade.
- II. “Funcionário consular” é toda pessoa, inclusive o chefe de repartição consular, encarregada nesta qualidade do exercício das funções consulares.
- III. O Estado acreditado deverá certificar-se de que a pessoa que pretende nomear como Chefe de Missão Diplomática perante o Estado acreditante obteve o “*exequatur*” do referido Estado.
- IV. A repartição consular poderá cobrar no território do Estado receptor os direitos e emolumentos que as leis e os regulamentos do Estado que envia prescreverem para os atos consulares. As somas recebidas a título de direitos e emolumentos e os recibos correspondentes não estarão isentos de impostos e taxas do Estado receptor.
- V. A renúncia à imunidade de jurisdição no tocante às ações civis ou administrativas não implica renúncia à imunidade quanto às medidas de execução da sentença para as quais nova renúncia é necessária.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

Está **correta** a alternativa:

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I e IV.
- D) II e V.
- E) III e V.

QUESTÃO 92 – Em relação aos tratados internacionais, observe as proposições abaixo e ao final responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. É competência privativa do Presidente da República resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- II. De acordo com a Constituição Federal a União Federal é competente para manter relações com Estados estrangeiros e participar das organizações internacionais. Todavia tem-se certo que a União é apenas uma pessoa jurídica de Direito Interno e não de Direito Internacional.
- III. A competência do Congresso Nacional para analisar, votar, aprovar ou não os tratados internacionais assinados pelo Brasil limita-se a aprovação ou rejeição do texto convencional, não sendo admissível qualquer interferência no seu conteúdo.
- IV. Cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar mediante recurso extraordinário as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida declarar a ilegalidade de tratado.
- V. Os tratados de Direitos Humanos, conforme regime constitucional, podem ser materialmente constitucionais ou material e formalmente constitucionais.

Está **correta** a alternativa:

- A) I e II.
- B) II, III e IV.
- C) II e IV.
- D) I, IV e V.
- E) II, III e V.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 93 - Em relação às normas emanadas da Organização Internacional do Trabalho, aprovadas pelo Brasil, quanto à idade mínima para o trabalho como empregado, aponte a alternativa **correta**:

- A) Poderão ser permitidos emprego e trabalho a pessoas menores de 15 (quinze) anos, em serviços leves, que não prejudiquem a sua saúde e desenvolvimento, nem prejudiquem a frequência escolar.
- B) A idade mínima não será inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória ou, em qualquer hipótese, não inferior a 14 (catorze) anos.
- C) Não pode ser inferior a 16 (dezesseis) anos a idade mínima para o trabalho que possa prejudicar a saúde.
- D) Poderão ser permitidos emprego e trabalho que não prejudiquem a saúde do trabalhador com idade inferior a 12 (doze) anos de idade.
- E) Não pode ser inferior a 17 (dezesete) anos a idade mínima para o trabalho que possa prejudicar a saúde.

QUESTÃO 94 - Quanto às atividades do estrangeiro no Brasil, aponte a alternativa correta:

- A) A Constituição Federal assegura aos estrangeiros o direito pleno de propriedade, nos termos do art. 5º. “caput” e seu inciso XXII, que estabelecem a igualdade de todos perante a lei e a garantia dos direitos elencados na Constituição, dentre eles, o de propriedade.
- B) Conforme Súmula do Supremo Tribunal Federal é vedada a expulsão de estrangeiro na específica hipótese de ser ele casado com brasileira e com filho brasileiro dependente da economia paterna.
- C) O nascimento de filho brasileiro após a prática da infração penal, por estrangeiro, não constitui óbice à sua expulsão, embora possa tal expulsão não acontecer quando tal filho dele dependa economicamente e tenha convivência sócio-afetiva.
- D) O titular de visto diplomático oficial ou de cortesia, acreditado junto ao Governo brasileiro ou cujo prazo previsto de estada no país seja superior a 80 (oitenta) dias, deverá providenciar seu registro no Ministério das Relações Exteriores.
- E) A entrada em território nacional far-se-á somente pelos locais onde houver fiscalização dos órgãos competentes dos Ministérios da Saúde, da Justiça e do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 95 – Em relação ao tratamento constitucional da seguridade e da previdência social, aponte a alternativa **correta**:

- A) A seguridade social se rege pelo princípio democrático, consubstanciado na descentralização de sua administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, empregadores e governo nos órgãos colegiados.
- B) A previdência social se constitui no conjunto de ações do Poder Público e da sociedade que assegura os direitos relativos à saúde, à seguridade social e à assistência social.
- C) São princípios da previdência e da seguridade social a universalidade do atendimento, a seletividade e distributividade na prestação dos serviços e a diversidade da base de financiamento.
- D) A seguridade será financiada observando-se o princípio da equidade e abrangerá, entre outros, os lucros, os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título à pessoa física que preste serviço e aposentadoria concedida pelo regime geral de previdência.
- E) A previdência social atenderá, nos termos da lei e de forma universal, entre outros, os eventos de doença, proteção à maternidade, em especial ao nascituro, invalidez, auxílio reclusão, morte e idade avançada.

QUESTÃO 96 – Quanto ao seguro desemprego, aponte a alternativa **correta**:

- A) Tem por objetivos a assistência temporária do trabalhador desempregado, a qualificação profissional e a preservação do emprego.
- B) O trabalhador comprovadamente resgatado de regime forçado ou da condição análoga à escravidão terá direito a 6 (seis) parcelas de seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário mínimo, sendo vedado o recebimento do mesmo benefício, em situação similar, nos 12 (doze) meses seguintes à percepção da última parcela.
- C) O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é destinado ao custeio do seguro desemprego, do abono salarial e de programas de qualificação profissional, sendo gerido por Conselho Deliberativo composto por membros indicados pelos Ministérios do Trabalho e Emprego, Previdência Social e Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- D) É assegurado o recebimento de abono salarial ao trabalhador que receba até 2 (dois) salários mínimos médios de remuneração mensal e que tenham exercido atividade



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

remunerada no período mínimo de 3 (três) meses no ano base de empregador que contribua para o Programa de Integração Social (PIS).

E) O trabalhador empregado poderá receber bolsa de qualificação profissional, desde que tenha o contrato suspenso para participação em curso previsto em Acordo ou Convenção Coletiva com essa finalidade.

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 97 – Em relação à propriedade industrial, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. Os bens industriais patenteáveis são a invenção, o modelo de utilidade e o desenho industrial.
- II. São bens sujeitos à tutela jurídica sob a noção de “propriedade industrial”, dentre outros, as patentes de invenção, as marcas de produtos ou serviços e o nome empresarial, e integram o estabelecimento do empresário.
- III. Invenção se define como um objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial.
- IV. O modelo de utilidade, que já foi denominado “pequena invenção” é suscetível de aplicação industrial, apresentando nova forma ou disposição envolvendo o ato inventivo.
- V. A concessão pelo INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial assegura ao titular da patente ou do registro a faculdade de utilização econômica da invenção, modelo, desenho ou marca, com exclusividade.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, III e V.
- B) II, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, IV e V.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 98 – Em relação aos títulos de crédito, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- I. Um dos requisitos da letra de câmbio é a determinação de uma ordem de pagamento, que pode estar sujeita a uma condição suspensiva ou resolutiva.
- II. A letra de câmbio, ou qualquer outro título de crédito, pode ser emitida e circular validamente, em branco ou incompleta.
- III. No cheque, entre a indicação por extenso e em algarismos, a primeira prevalece em caso de divergência.
- IV. O aceite da duplicata é obrigatório, mas não é irrecusável.
- V. Quando dois ou mais cheques são apresentados simultaneamente, não havendo fundos suficientes para o pagamento, o sacado deve dar preferência aos de data de emissão mais antiga. Se coincidentes as datas de emissão, prevalece o de número superior.

Está **correta** a alternativa:

- A) I, IV e V.
- B) II, III e V.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.
- E) I, III e V.

QUESTÃO 99 – O sócio ou administrador da sociedade limitada responderá pessoalmente perante a sociedade e/ou terceiros com seu patrimônio pessoal pelas obrigações que contrair. Em relação às condições para que isso ocorra, aponte a alternativa **correta**:

- A) Somente nas ocasiões em que não houver integralizado o valor do capital social e nos limites dele.
- B) Somente se agirem com excesso de mandato.
- C) Entre outras situações, quando usarem indevidamente a firma ou dela abusarem ou quando deliberarem contra preceitos legais ou contratuais ou infringirem o contrato social.
- D) Quando agirem com excesso em relação aos terceiros independentemente da limitação de poderes estar inscrita ou averbada no registro próprio da sociedade.
- E) Somente se realizarem operações que sabem, ou deveriam saber, ser contrárias à vontade da minoria.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 100 - No que concerne às Sociedades Anônimas, aponte a alternativa **correta**:

- A) Os órgãos de administração e controle social são estruturalmente congregados em três, quais sejam: (a) a assembléia, que é órgão de deliberação e expressa a vontade da sociedade; (b) a diretoria e/ou conselho de administração, que é órgão de execução e realiza a vontade social; e (c) o conselho fiscal, que é órgão fiscalizador, de controle e fiscalização sobre a execução da vontade social.
- B) Os diretores devem respeitar os limites e termos do mandato e serão, necessariamente, acionistas da companhia.
- C) Os administradores são responsáveis pelo cumprimento das metas e objetivos da sociedade e responderão perante a sociedade e terceiros somente se agirem com abuso de poder.
- D) Os administradores apenas responderão individualmente, não havendo previsão legal para eventual aplicação de responsabilidade solidária; a responsabilidade de cada um deve ser apurada na esfera individual e por ação própria.
- E) O Conselho Fiscal somente existirá nas companhias de capital aberto, não possuindo função relevante.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS